

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Proposta de Acta de 31.10.2011

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. Escola da Gesteira

- Agradecimento

Ponto 5. **ACÇÃO SOCIAL**

. APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

. Santa Casa da Misericórdia de Soure

- Construção de Lar de Idosos e Creche

. Isenção de Taxas

Ponto 6. **ACÇÃO SOCIAL**

. Alienação a Título Gratuito de Uma Parcela de Terreno

- Casa do Povo de Vila Nova de Anços

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Ponto 7. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

- . CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREG. DE SAMUEL
- Prorrogação de Prazo

Ponto 8. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE EXTENSÕES DE SAÚDE
- . Pintura Exterior da Extensão de Saúde da Gesteira
- Adjudicação

Ponto 9. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- . Remodelação do Sistema de IP
- Adjudicações

9.1. Jardim Público de Brunhós - Freg. de Brunhós

9.2. Largo Adjacente à Farmácia de Figueiró do Campo - Freg. de Figueiró do Campo

Ponto 10. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- . RAMAIS/BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE
- . Freg. de Soure
- . Remodelação da Rede de Distribuição de Energia de Soure
- Adjudicação

Ponto 11. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 3.ª FASE
- . REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
- Prorrogação de Prazo

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Ponto 12. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 3.ª FASE
- . REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
 - Abertura de Braço de Água entre os Rios Anços e Arunca
- . Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 13. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
 - Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2012 - Abastecimento em Alta

Ponto 14. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
 - Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2012 - Abastecimento em Baixa

Ponto 15. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . Proposta de Portaria para a Delimitação dos Perímetros de Protecção das Captações de Água Subterrânea no Concelho de Soure
 - ARH Centro - Administração da Região Hidrográfica do Centro I.P.

Ponto 16. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . OUTROS ALCATROAMENTOS
- . ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE
- . Acessos junto ao Lar/Creche da Santa Casa da Misericórdia
 - Adjudicação

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Ponto 17. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . Em Zonas Rurais
- . Arruamentos Diversos na Freg. da Vinha da Rainha
 - Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 18. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . Em Zonas Urbanas
- . Reparação de Pavimento na Rua Comendador João Duarte Cachulo - Vinha da Rainha
 - Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 19. DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- . “Energia”
- . Apoio Externo Especializado
 - Adjudicação

Ponto 20. IMPOSTOS LOCAIS

- . Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI -
 - Proposta de Fixação de Taxas

Ponto 21. IMPOSTOS LOCAIS

- . Lançamento de Derrama

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Ponto 22. **IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES - I.R.S.**

. Participação do Município

Ponto 23. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2011**

. Apreciação de Propostas de Alteração -12.ª/12.ª - .

Ponto 24. **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

. Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012

- Resolução do Conselho Geral

Ponto 25. **EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO**

. CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE GRANJA DO ULMEIRO

- Prorrogação de Prazo

Ponto 26. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) a(s) informação(ões):

*** CULTURA**

- No dia 19 de Novembro, estivémos presentes no Jantar de Encerramento Anual de Actividades do Rancho Folclórico da Associação Social, Recreativa de Cultural da Pouca Pena... Naturalmente que nos congratulámos com o bom trabalho cultural que tem vindo a ser desenvolvido e disponibilizámo-nos para, não obstante uma ambiência ainda mais difícil do que a habitual em matéria de recursos, podermos continuar a colaborar em domínios que “mexem” de forma directa com as pessoas.

- No dia 26 de Novembro, estive a representar a Câmara Municipal no XV Concurso de Vestidos de Chita, organizado pela Associação de Granja do Ulmeiro... Trata-se de uma iniciativa que, por muito que não seja valorizada, de facto “mexe” com dezenas de jovens e respectivas famílias... A verdade é que há alguns fatos cuja originalidade é indiscutível e haverá outros, que não sendo muito originais, o trabalho que lhe está subjacente não é nada fácil... Observe-se, ainda, que se verificou uma afluência de pessoas significativa, tendo no final decorrido a habitual “cerimónia” de entrega de prémios...

*** ACÇÃO SOCIAL**

- Ainda no dia 26 de Novembro, estivémos presentes na antiga EB1 do Casal do Redinho, na inauguração da Loja Social do Centro Social de Alfarelos... Aproveitámos para subscrever o Protocolo de Cedência dessas instalações, neste caso a uma IPSS, explicando a ambiência legal aplicável e, acima de tudo, a estratégia social e política subjacente... Trata-se de uma resposta concelhia, mas dada a característica descentralizada e dispersa do Concelho, afigura-se-nos que deverá ser complementada com respostas semelhantes... Felizmente a evolução da taxa de desemprego do nosso Concelho não tem propriamente acompanhado o que tem acontecido no País, temos vindo a resistir, mas, ainda assim, há estratos mais vulneráveis e, por isso, faz sentido que promovamos e apoiemos o aparecimento deste tipo de respostas...

O Centro Social de Alfarelos apresentou uma Candidatura ao Programa de Ajuda Alimentar a Famílias Carenciadas que permite, até um determinado limite, que haja cedência gratuita de bens alimentares... Achamos que se trata de uma boa

*22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011*

resposta... desde logo não é qualquer pessoa que levanta esses produtos, há uma caracterização social prévia... Para além de uma resposta social é também uma resposta ambiental e económica... Tive oportunidade de explicar que nós temos uma rede complementar de contentores gigantes para a recolha de monos, como forma de procurar evitar o aparecimento e/ou a consolidação de lixeiras clandestinas... Ao aparecer uma Loja Social ou várias Lojas Sociais, que também recolhem, se as pessoas disponibilizarem, por exemplo, um frigorífico antigo, se ele servir para ser reparado, óptimo, se já não for objecto de reparação, pelo menos tem um encaminhamento em termos de lixo, que é o previsto nos termos da lei... Nas peças de vestuário, quer se tratem de roupas, quer de sapatos, isso também vai fazer com que utentes das IPSS e mesmo não utentes, mas que têm jeito para as antigas profissões de natureza manual, como sapateiros e costureiras, possam prolongar por mais uns anos a utilidade social deste tipo de habilidades, cada vez mais em desuso com a maquinização e automatização... Penso que há também uma resposta económica, porque vai permitir prolongar a vida de profissões que podem estar a desaparecer...

Por fim, expliquei, que a evolução da política municipal e nacional de educação, criando respostas centralizadas ou intermédias, tem libertado, quer antigas Escolas Básicas do 1.º Ciclo, quer Jardins de Infância, no Concelho de Soure... Que o Reordenamento da Rede Escolar teve como objectivo melhorar as condições de ensino e de aprendizagem das crianças... Neste momento, já libertámos cerca de dúzia e meia de Escolas e Jardins de Infância e, entre termos esses equipamentos a estragarem-se porque continuariam fechados, ou potenciarmos e estimularmos dinâmicas locais através da sua cedência para uma segunda vida, naturalmente com utilidade social... só há vantagens sociais se “criarmos” uma ambiência legal que potencie essa segunda vida... Não havia condições para que a antiga EB1 do Casal do Redinho continuasse como tal e, reconhecendo isso, aproveitámos o dinamismo do Centro Social de Alfarelos para, que, potenciando, estimulando e acarinhando o mesmo, aparecesse uma resposta quase inovadora no Concelho...

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “para além de termos estado presentes no jantar/convívio e na celebração do 36.º Aniversário do Rancho Folclórico da Associação Social Recreativa e Cultural de Pouca Pena, estivémos também, no dia 20 de Novembro, no mesmo tipo de iniciativa, promovida pelo Grupo de Folclore do Melriçal.

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

No dia 26 de Novembro, estivémos presentes numa campanha de solidariedade, promovida pela população local de Paleão, para ajudar a pequena Beatriz. Também já tínhamos estado presentes, no dia 13 de Novembro, noutra campanha promovida pelo Grupo de Catequese de Paleão.”

O Senhor Vereador Américo Nogueira referiu que: “estive presente no 26.º Aniversário do Centro Social e Cultural Sampedrense. Do programa constou a participação de Violinos e Cordas de Aveiro, que tinha como curiosidade todos os jovens serem oriundos de famílias residentes no Casal S. Pedro, que escolheram Aveiro como local de residência. Foi um momento animado, um espectáculo agradável e diferente que animou os sócios daquela colectividade.”

O Senhor Vereador Mário Jorge referiu que: “no dia 26 de Novembro, estive presente, em representação do Senhor Presidente de Câmara, num almoço/convívio na Associação Regional do Centro de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços, no âmbito do encerramento das Actividades do Ano 2011, actividade bastante participada. Para além de ser uma Associação dedicada à Cinegética, Caça e Pesca, também tem desenvolvido alguns trabalhos na área Cultural, Desportiva e Ambiental. A Associação tem uma candidatura aprovada pelo PRODER, com a qual estão a fazer algumas intervenções no rio, que melhoram a qualidade da Pista de Pesca. A Associação tem tido alguma dinâmica, daí os seus associados merecerem o nosso carinho e a nossa atenção.

Não pude estar presente na última reunião pois estive, em representação do Senhor Presidente numa visita a Cabo Verde. Numa das próximas reuniões irei trazer um relatório, que está a ser elaborado em conjunto pelos cinco Municípios presentes, porque dos seis Municípios de TERRAS DE SICÓ, só não foi o Município de Condeixa-a-Nova. Esta visita foi inserida no Projecto “Cooperar em Português”, Candidatura aprovada para TERRAS DE SICÓ no âmbito do PRODER, com financiamento a 85%. Esta visita tinha duas vertentes: uma dedicada à cooperação que já existe em termos de ensino profissional e técnico-profissional e outra para a Cooperação Empresarial na área da construção civil e da infra-estrutura. Visitámos cinco Municípios, onde fomos recebidos pelos seus respectivos Presidentes de Câmara, primeiro na Cidade da Praia, que é a Capital do País; na Ilha de São Vicente, pela Câmara Municipal do Mindelo e na Ilha de Santo Antão, que é uma Ilha composta por três Municípios: Paul, Ribeira Grande e Porto Novo. Um dos pontos fortes desta visita foi a presença na Feira Internacional de Cabo Verde, organizada pela FIL, uma

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

modesta feira para a dimensão do País... Fiz-me acompanhar por Empresários de Soure: a VICOMETAL pelo Senhor Gerente, Carlos Cordeiro, o Senhor Presidente da Associação Empresarial de Soure e da empresa SERVIDOR - Informática, Lda, Eng.º Carlos Mendes, o Senhor Aires da PAVIANÇOS (em Cabo Verde - PAVICABO), o Senhor António Cristino, representante da NESTLÉ CAFÉS em Cabo Verde. Soure esteve muito bem representada e a “dar cartas” em termos empresariais, o que foi saudável de registar. Para além do objectivo ter sido parcialmente conseguido e com grandes expectativas, porque a maior parte dos empresários, quer os que lá estão, quer os que foram pela primeira vez, estão com algumas/grandes expectativas sobre as potencialidades daquele pequeno território... Relativamente à presença das empresas portuguesas, empresas de Soure ou com pessoas com ligações a Soure, curiosamente, estão todas na cidade do Mindelo, que é um território muito parecido com Portugal em termos culturais, quer em termos de segurança, quer em termos de desenvolvimento económico e de arquitectura.”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Proposta de Acta de 31.10.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

- . Escola da Gesteira**
- Agradecimento**

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 5. ACÇÃO SOCIAL

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

- . APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
- . Santa Casa da Misericórdia de Soure
 - Construção de Lar de Idosos e Creche
- . Isenção de Taxas

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: RLCTM – REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOURE

- Emissão do alvará de autorização de utilização
- Santa Casa da Misericórdia de Soure
 - * Pedido de emissão do alvará de autorização de utilização para Lar de Idosos e Creche
 - * Isenção do pagamento da taxa

A entidade acima identificada é titular de um processo relativo a um pedido de licenciamento (Processo nº 02/2010) para construção de um lar de idosos e creche.

No âmbito deste processo requereu a emissão do alvará de autorização de utilização.

Foi efectuada vistoria no dia 23 de Novembro de 2011 conjuntamente com as entidades, Segurança Social, Autoridade Nacional de Protecção Civil e Delegado de Saúde, tendo-se concluído que reúne as condições para o fim a que se destina.

Solicita também a isenção das respectivas taxas.

O valor da taxa a cobrar seria de 310 €.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, a requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento da taxa referente à emissão do alvará de autorização de utilização.

À Consideração Superior
Maria José Carvalhão – Engª Civil
Chefe de Divisão G.U.P.
24 de Novembro de 2011

Despacho:
Deferido o pedido de Isenção de Taxas
de acordo com a informação técnica.
À Reunião de Câmara
para conhecimento.
O Vice-Presidente
(Santos Mota, Dr.)

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Assunto: Licenciamento para Nova construção de Lar de idosos e creche

Processo: 2/2010

Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Soure

Local: Saibreira - Soure

A Santa Casa da Misericórdia de Soure vem requerer a isenção do pagamento das taxas devidas, no âmbito do processo de obras particulares n.º 02/2010, relativo à construção de lar de idosos e creche.

A isenção ou redução subjectiva de taxas municipais, encontra-se prevista no Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

Ali, o n.º do artigo 25.º, dispõe que “As pessoas constituídas na ordem jurídica canónica estão isentas do pagamento de taxas relativamente aos factos ou actos directa e imediatamente destinados à realização de fins de solidariedade social”.

O n.º 10 do mesmo artigo, refere ainda que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução de taxas, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

Analizando, a requerente trata-se de uma pessoa colectiva constituída na ordem canónica, que tem como fim principal a promoção social, designadamente no apoio social, pelo que se encontram reunidos os requisitos previstos no n.º 4 do referido artigo 25.º, no que respeita à natureza jurídica e à finalidade estatutária.

Verifica-se também que, a entidade requerente não tem dívidas vencidas para com o Município de Soure, cumprindo com o disposto no n.º 10.º do mesmo artigo.

Em face do exposto somos de parecer que:

A requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento das taxas municipais referentes ao processo em questão.

À consideração superior,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
21 de Novembro de 2011

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 6. ACÇÃO SOCIAL

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

**. Alienação a Título Gratuito de Uma Parcela de Terreno
- Casa do Povo de Vila Nova de Anços**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: ACÇÃO SOCIAL

CASA DO POVO DE VILA NOVA DE ANÇOS

ALIENAÇÃO A TÍTULO GRATUITO DE DOIS PRÉDIOS

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

O Município de Soure é proprietário de dois prédios, um urbano e um rústico, que integram o seu domínio privado inscritos, respectivamente, na matriz predial sob os artigos 499 (Urbano) e 7726 (Rústico) e descritos na Conservatória do Registo Predial sob os números 6063 e 3875 - Freguesia de Vila Nova de Anços.

Considerando a potencial candidatura a um programa de apoio à construção de um Lar de Idosos, a Casa do Povo de Vila Nova de Anços solicita a este Município a alienação a título gratuito dos prédios acima identificados.

Como foi referido em informações anteriores, tratando-se de uma doação, esta só se poderá efectuar desde que a mesma possa assegurar a realização de algumas das atribuições municipais. Na verdade, sendo o Município uma pessoa colectiva territorial que visa a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respectivas populações, só poderá realizar actos que estejam incluídos nas suas atribuições (cfr. artº 82º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e artº 235º da CRP).

Possuindo os municípios, de acordo com a al. h) do nº 1 do artº 13º e artº 23º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, atribuições no âmbito da Acção Social, designadamente no apoio à construção de equipamentos desta natureza, considera-se que a presente alienação, a concretizar-se, enquadra-se dentro das atribuições municipais.

De acordo com a deliberação clarificadora tomada em reunião de câmara municipal de 16 de Agosto de 2010 - ponto 9 - os prédios foram adquiridos pelo montante global de 35.000 euros, sendo que ao rústico foi atribuído o valor de 15.000 euros e ao urbano o de 20.000 euros, montante considerado razoável de acordo com a informação técnica que serviu de suporte à referida deliberação.

No que respeita à competência sobre a decisão de alienação em causa, ela pertence à Câmara Municipal, nos termos da al. f) do nº 1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, tendo em conta o valor dos prédios¹.

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
21-11-2011

¹ O valor atribuído aos prédios em causa é de 35.000,00 euros, ou seja, inferior ao limite (actualmente fixado em 343.280,00 euros) estabelecido para a competência daquele órgão.

**22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011**

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, tínhamos aprovado, em 26 de Novembro de 2009, a compra de uma Parcela de Terreno em Vila Nova de Anços, pelo valor de 35.000,00 euros... Depois essa deliberação foi clarificada para se fazer a correspondente escritura de compra.... Agora trata-se de aprovarmos a alienação a título gratuito dessa parcela de terreno, que integra esses dois prédios, um urbano e outro rústico, à IPSS, para ajudar a que possa continuar a dar resposta à prossecução de fins ligados à Acção Social, que é também uma das nossas atribuições.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Alienação a Título Gratuito de Uma Parcela de Terreno na Freguesia de Vila Nova de Anços, composta por um Prédio Rústico, Art.º Matricial n.º 7726, descrito na Conservatória do Registo Predial de Soure sob o n.º 3875, e por um Prédio Urbano, Art.º Matricial n.º 499, descrito na Conservatória do Registo Predial de Soure sob o n.º 6063, conforme decorre da informação técnica/jurídica.-----

Ponto 7. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

. CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREG. DE SAMUEL

- Prorrogação de Prazo

Assunto: • Saúde – Acções no Âmbito da Saúde – Construção da Extensão de Saúde de Samuel

- Prorrogação de Prazo

Relativamente ao tema em assunto, na sequência do pedido efectuado pela empresa adjudicatária, considerando:

1. O parecer elaborado pelo Dr. Edgar Domingues, jurista avençado, que se junta em anexo;
2. Que o pedido agora apresentado se poderá enquadrar no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
3. O facto de se tratar de uma prorrogação graciosa de prazo, conforme prevê o D.L. n.º 6/2004, de 06 de Janeiro, que estabelece o regime de Revisão de Preços, isto é, que não implicará acréscimo no custo da empreitada;
4. Que a competência para a aprovação do presente pedido de prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, no caso a Câmara Municipal.
5. Que a situação da obra é a seguinte:

Adjudicação	209.869,44 €
-------------	--------------

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Valor dos trabalhos executados/facturados até à data	84.164,06 €
Prazo de execução inicial	Início - 15.05.2011 Fim - 12.09.2011
Prorrogação proposta	Final - 31.05.2012

Propõe-se a aprovação de uma prorrogação graciosa de prazo de execução da empreitada em assunto, conforme solicitado pela empresa adjudicatária, passando a sua conclusão a ser o dia 31.05.2012.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng^o.)
(Chefe Div. O.P.M.)
2011.08.29

e

Assunto: **EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS**
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRA

Solicita o Chefe de Divisão de Obras Públicas informação quanto a prorrogação do prazo de execução de obras.

As situações passíveis de prorrogação do prazo de execução de obras, encontram-se contempladas nos artigos 298.º n.º2, 361.º n.º3, 374.º e 377.º todos do Código dos Contratos Públicos.

Deste modo deverá verificar-se se as situações que sejam invocadas pelas adjudicatárias se enquadram nos pressupostos legais que podem determinar uma prorrogação do prazo de execução da obra.

Quanto à competência para aprovar a referida prorrogação, convirá referir que o prazo de execução inicial foi aprovado no acto de adjudicação, pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Assim competência para decidir a prorrogação caberá também ao órgão competente para a decisão de contratar, à semelhança do que é previsto pelo CCP noutras situações (artigos 64.º n.º4, 133.º n.º7, 175.º n.º4, todos do CCP).

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
05.08.2011

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos.----

Ponto 8. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE EXTENSÕES DE SAÚDE

**22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011**

**. Pintura Exterior da Extensão de Saúde da Gesteira
- Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE**
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE EXTENSÕES DE SAÚDE
PINTURA EXTERIOR DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA GESTEIRA
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 31.10.2011, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
PARQUEADORA SOURENSE, LDª	15.695,00 €	30 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (15.720,00 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Parqueadora Sourense, Ldª**.

É obrigatória a redução do contrato a escrito, uma vez que a mesma não se encontra dispensada – vide al. d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Parqueadora Sourense, Ldª**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **15.695,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
23.11.2011
Despacho:
À reunião de Câmara.
A Vereadora*

**22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011**

(Ana Maria Treno, Dr.ª)
23.11.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exm.º Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 9. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA
. Remodelação do Sistema de IP
- Adjudicações**

9.1. Jardim Público de Brunhós - Freg. de Brunhós

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA
JARDIM PÚBLICO DA LOCALIDADE DE BRUNHÓS
FREGUESIA DE BRUNHÓS
REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE IP
ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 31.10.2011, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Helenos, S.A.	1.909,76 €	5 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (1.913,65 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Helenos, S.A.**

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Helenos, S.A.**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **1.909,76 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
23.11.2011

Despacho:
À Reunião de Câmara
O Vice-Presidente*
(Santos Mota, Dr.)
23.11.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

9.2. Largo Adjacente à Farmácia de Figueiró do Campo - Freg. de Figueiró do Campo

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA
LARGO ADJACENTE À FARMÁCIA DA LOCALIDADE DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE IP
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 31.10.2011, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Helenos, S.A.	881,20 €	5 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (885,84 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Helenos, S.A.**.

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP –.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Helenos, S.A.**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **881,20 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Engº)
23.11.2011

Despacho:
À reunião de Câmara.
O Vice – Presidente*
(Santos Mota, Dr.)
23.11.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 10. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA
 . RAMAIS/BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE
 . Freg. de Soure
 . Remodelação da Rede de Distribuição de Energia de Soure
 - Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA
 RAMAIS/BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE
 FREGUESIA DE SOURE

**22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011**

**REMODELAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE SOURE
ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 31.10.2011, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
HELENOS, S. A.	4.387,01 €	5 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (4.438,70 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **HELENOS, S. A..**

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP-.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **HELENOS, S. A.;**
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **4.387,01 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
23.11.2011

Despacho:
À reunião de Câmara.
O Vice-Presidente*
(Santos Mota, Dr.)
23.11.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.

**Ponto 11. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 3.ª FASE**

**22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011**

**. REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
- Prorrogação de Prazo**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: • *Concepção/Execução do Plano de Pormenor dos Bacelos - 3ª Fase - Requalificação do Espaço entre os Rios Anços e Arunca
- Prorrogação de Prazo*

Relativamente ao tema em assunto, na sequência do pedido efectuado pela empresa adjudicatária, considerando:

1. O parecer elaborado pelo Dr. Edgar Domingues, jurista avençado, que se junta em anexo;
2. Que o pedido agora apresentado se poderá enquadrar no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
3. O facto de se tratar de uma prorrogação graciosa de prazo, conforme prevê o D.L. n.º 6/2004, de 06 de Janeiro, que estabelece o regime de Revisão de Preços, isto é, que não implicará acréscimo no custo da empreitada;
4. Que a competência para a aprovação do presente pedido de prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, no caso a Câmara Municipal.
5. Que a situação da obra é a seguinte:

Adjudicação	787.963,19 €
Valor dos trabalhos executados/facturados até à data	626.142,34 €
Prazo de execução inicial	Início – 26.10.2010 Fim – 25.11.2011
Prorrogação proposta	Final – 31.05.2012

Propõe-se a aprovação de uma prorrogação graciosa de prazo de execução da empreitada em assunto, conforme solicitado pela empresa adjudicatária, passando a sua conclusão a ser o dia 31.05.2012.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng.º)
(Chefe Div. O.P.M.)
2011.10.24
e

Assunto: **EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS**

22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 28 de Novembro de 2011

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRA

Solicita o Chefe de Divisão de Obras Públicas informação quanto a prorrogação do prazo de execução de obras.

As situações passíveis de prorrogação do prazo de execução de obras, encontram-se contempladas nos artigos 298.º n.º2, 361.º n.º3, 374.º e 377.º todos do Código dos Contratos Públicos.

Deste modo deverá verificar-se se as situações que sejam invocadas pelas adjudicatárias se enquadram nos pressupostos legais que podem determinar uma prorrogação do prazo de execução da obra.

Quanto à competência para aprovar a referida prorrogação, convirá referir que o prazo de execução inicial foi aprovado no acto de adjudicação, pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Assim competência para decidir a prorrogação caberá também ao órgão competente para a decisão de contratar, à semelhança do que é previsto pelo CCP noutras situações (artigos 64.º n.º4, 133.º n.º7, 175.º n.º4, todos do CCP).

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
18.10.2011

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos.-----

Ponto 12. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
 . CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 3.ª FASE
 . REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
 - Abertura de Braço de Água entre os Rios Anços e Arunca
 . Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO - CONCEP./EXEC. PLANO PORMENOR BACELOS - 3ª FASE
 REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
 ABERTURA DE BRAÇO DE ÁGUA ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
 ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **120.117,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara

22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 28 de Novembro de 2011

Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **03.01.07.01.04.13** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.004 2007/103 1**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. JÚRI

1. **Presidente:** João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
2. **Vogal:** Santos Mota, Vice-Presidente (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mário Monteiro, Engº;
4. **Suplentes:** Rui Fernandes, Arq.
5. **Suplente:** Fernando Cavacas, Dr.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- **Construções Júlio Lopes, S.A.;**
- **AZIASFALTOS XIS – Empreiteiros, Lda**
- **Gadanha 2 - Construções, Lda;**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
22.11.2011

e

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO - Concep./Exec. Plano Pormenor Babelos - 3ª Fase
REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
- Abertura de braço de água entre os Rios Anços e Arunca

O Gabinete Municipal de Desenho, cumprindo orientações superiores, desenvolveu o Projecto de Execução para a requalificação do espaço acima mencionado.

Na Reunião de Câmara de 28 de Julho de 2010, foi aprovada uma alteração ao projecto tendo em vista a abertura de um novo braço, entre os leitos dos rios Anços e Arunca, e permitindo a realização de um novo plano de água junto ao acesso a este espaço, que reforça a presença do fio condutor de toda esta intervenção: os rios.

Os trabalhos previstos para a execução deste elemento, são os seguintes:

- 1) Movimento de terras - escavação

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

2) Regularização de taludes

Desenvolvidos os traçados e perfil da vala a executar, foi elaborado o mapa de quantidades anexo, estimando-se que o conjunto desta intervenção, tenha um custo global de 120.117,00€.

Assim, sugere-se a realização desta intervenção, por empreitada, com recurso a ajuste directo com consulta às seguintes empresas:

- . Construções Júlio Lopes, S.A.;
- . Aziasfaltos XIS - Empreiteiros, Lda;
- . Gadanha 2 - Construções, Lda.

À Consideração Superior
Rui Fernandes - Arq.
Mauro Alegre - Eng.º
22.Novembro.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 13. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
 - Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2012 - Abastecimento em Alta

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 14. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
 - Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2012 - Abastecimento em Baixa


Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 15. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

**22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011**

**. Proposta de Portaria para a Delimitação dos Perímetros de Protecção das
Captações de Água Subterrânea no Concelho de Soure
- ARH Centro - Administração da Região Hidrográfica do Centro I.P.**

CM.SOURE 15549 14 NOV 11



Administração da
Região Hidrográfica
do Centro I.P.

Exmo. Senhor
Dr. João Gouveia
Presidente da Câmara Municipal de Soure
Praça da República
3130-218 - Soure

À
Senhor Dr. João Gouveia
2011-11-21
(225 600 218)
Pres. Câmara

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Ofício	Data
		Proc. PEH-2009-0001	OF-2011-15837	2011-11-10

Assunto: Proposta de Portaria para a delimitação dos perímetros de protecção das captações de água subterrânea no concelho de Soure

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 382/99, de 22 de Setembro, a Câmara Municipal de Soure apresentou o estudo hidrogeológico que fundamenta a delimitação dos perímetros de protecção das captações de água subterrânea: Camarinheiras, Saca Bolos, Várzea/Carrascal, Casa velha, Brunhós, Vila Nova de Anços, Pouca Pena, Vale da Oliveira, Casal do Rego, Casal Cimeiro e Casas Novas.

Após apreciação do referido estudo foi elaborada a proposta de Portaria que se anexa ao presente ofício, solicitando-se que V.Exas. se pronunciem acerca das condicionantes nas zonas intermédia e alargada dos perímetros de protecção, após o que a proposta será enviada ao Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Entender-se-á que nada há a opor relativamente ao proposto caso esse Município não envie resposta no prazo de 20 dias.

Com os melhores cumprimentos,

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho.
Cópia à Sr. Eng.ª Maria José Carvalho.

2011-11-16

H.
(nao marcado, caso d.o.r.m.)

CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE

Presente o despacho em 2011-11-11

Despacho 2011-11-11

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

À Sr. Eng.ª Maria José Carvalho

Teresa Fidéls
Presidente da ARH do Centro, I.P.

Nada há a opor à proposta de Portaria, devendo-se respeitar as condicionantes impostas nas zonas abrangidas.

16/11/2011

(Branco Branco)

Nada há a opor. Após publicar há que cumprir o determinado para edificações, que naturalmente será feito com as licenciadas.

Edifício "Fábrica dos Mirandais"
Avenida Cidade Aeminium
3000-429 Coimbra
Tel.: 239 850 200
Fax: 239 850 250
geral@arhcentro.pt
http://www.arhcentro.pt

16/11/2011
Maria José Carvalho - Eng.
Chefe de Divisão G.U.P.



Ministério da Agricultura,
do Mar, do Ambiente e do
Ordenamento do Território

IP.002/02

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

O Senhor Presidente referiu que: “a Câmara Municipal apresentou um estudo técnico, na área da hidrogeologia, para fundamentar a delimitação dos perímetros de protecção das captações de água subterrânea... Como sabem, o nosso sistema assenta em treze subsistemas, cada um com captações subterrâneas, e quase todos já com duas captações que funcionam num regime cumulativo nos períodos de maior consumo e num alternativo nos períodos de menor consumo... A lei estabelece que para cada captação subterrânea haja um perímetro de protecção... O que se pretende é assegurar que, a determinada distância, não possa haver nada que possibilite o aparecimento de factores que “violentem” o ambiente das captações subterrâneas... Apresentámos o Estudo a que a Lei obriga e a ARHCentro - Administração da Região Hidrográfica do Centro, com base no mesmo, apresenta uma proposta de Portaria... na prática, homologa, não contraria, o previsto no nosso estudo... Agora, elaborada a proposta, pedem-nos para nos pronunciarmos... Se nós não dissermos nada, estamos de acordo, mas penso que, apesar de tudo, a Câmara Municipal deve aprovar expressamente a proposta, de acordo com as informações técnicas dos serviços...”

Deliberado, por unanimidade, concordar com a Proposta de Portaria, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 16. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . OUTROS ALCATROAMENTOS
- . ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE
- . Acessos junto ao Lar/Creche da Santa Casa da Misericórdia
- Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**
OUTROS ALCATROAMENTOS
ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE
ACESSOS JUNTO AO LAR / CRECHE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 31.10.2011, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

**22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011**

EMPRESA	VALOR	PRAZO
VIDAL PEREIRA & GOMES, LDª	38.034,23 €	45 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta não é superior ao preço base, os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Vidal Pereira & Gomes, Ldª**.

É obrigatória a redução do contrato a escrito, uma vez que a mesma não se encontra dispensada - vide al. d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa** da **audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Vidal Pereira & Gomes, Ldª**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **38.034,23 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
23.11.2011

Despacho:
À reunião de Câmara.
A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
23.11.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.

Ponto 17. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
 . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
 . Em Zonas Rurais

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

**. Arruamentos Diversos na Freg. da Vinha da Rainha
- Escolha de Procedimento Prévio**

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
EM ZONAS RURAIS
ARRUAMENTOS DIVERSOS NA FREGUESIA DE VINHA DA RAINHA
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **66.750,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **03.04.07.03.03.08** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **09.001 2011/179 2**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. JÚRI

1. **Presidente:** João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
2. **Vogal:** Santos Mota, Vice-Presidente (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mário Monteiro, Engº;
4. **Suplentes:** Rui Fernandes, Arq.
5. **Suplente:** Fernando Cavacas, Dr.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- **Construções Júlio Lopes, S.A.;**

**22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011**

- AZIASFALTOS XIS – Empreiteiros, Ldª
- Manuel Vieira Bacalhau, Ldª;

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
18.11.2011

e

Assunto: Comunicações e Transportes – Rede Viária e Sinalização
Conservação/Reparação da Rede Existente
- Em Zonas Rurais
- Arruamentos diversos na freguesia de Vinha da Rainha

Por indicação superior procedeu-se ao levantamento do estado de conservação de diversos caminhos/arruamentos na freguesia de Vinha da Rainha.

De acordo com o levantamento efectuado, revela-se evidente a necessidade de proceder a diversas intervenções com vista a restabelecer as normais condições de utilização, tanto em termos de segurança como de conforto, bem como a execução de um muro de suporte de terras.

As intervenções centram-se, em termos genéricos, nos seguintes trabalhos:

- Saneamento de pavimentos, com reforço da sua capacidade resistente;
- Repavimentação dos pavimentos intervencionados;
- Execução de muro de gabiões para protecção da estrada.

O valor para os trabalhos em causa, de acordo com a estimativa que se junta, totaliza os **66.750,00 €**.

Sugere-se a sua execução por empreitada, com recurso ao ajuste directo e consulta às seguintes entidades:

- Construções Júlio Lopes, S.A.;
- Aziasfaltos XIS – Empreiteiros, Ldª;
- Manuel Vieira Bacalhau, Ldª.

À consideração superior,
(Mauro Alegre, Eng.º. Civil)
2011-11-12

Concordo. À consideração superior.
(Mário Monteiro, Eng.º - Chefe D.O.P.M.)
2011.11.18

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 18. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

- . **Em Zonas Urbanas**
- . **Reparação de Pavimento na Rua Comendador João Duarte Cachulo - Vinha da Rainha**
- . **- Escolha de Procedimento Prévio**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
EM ZONAS URBANAS
REPARAÇÃO DE PAVIMENTO NA RUA COMENDADOR JOÃO DUARTE CACHULO – VINHA DA RAINHA
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **7.329,42 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **03.04.07.03.03.01** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **09.001 2011/179 1**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Gadanha Pavimentos, Lda**

4. JÚRI

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
22.11.2011

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

e

**COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES / REDE VIÁRIA
Conservação / Reparação da Rede Existente
Em Zonas Urbanas**

Assunto: Reparação de pavimento na Rua Comendador João Duarte Cachulo - Vinha da Rainha

Com as obras de acesso ao novo Lar e Creche da Vinha da Rainha, o pavimento em calçada na Rua Comendador João Duarte Cachulo, apresenta sinais pontuais de assentamento. A reparação desta situação passa pelo levantamento da calçada e remoção das argilas nas zonas danificadas. Numa fase posterior será aplicado tout-venant de 1ª compactado, seguido de pó de pedra e colocação de calçada.

Sugerimos a adjudicação à firma Gadanha Pavimentos, Lda pelo montante de 7.329, 42 Euros + IVA, valor que se enquadra nos preços actualmente praticados.

Esta intervenção encontra-se incluída no Plano de actividades para o ano de 2011.

À Consideração Superior
O Técnico
(Evaristo Duarte)
22 / 11 / 2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

**Ponto 19. DEFESA DO MEIO AMBIENTE
 . “Energia”
 . Apoio Externo Especializado
 - Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: DEFESA DO MEIO AMBIENTE
 ENERGIA
 APOIO EXTERNO ESPECIALIZADO
 ADJUDICAÇÃO

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Por deliberação da Reunião de Câmara, de 31.10.2011, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

Das empresas consultadas, apenas a seguinte apresentou proposta:

EMPRESA	VALOR
ReportMaxi – Consultores, Lda	4.950,00 euros

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e o preço da proposta é inferior ao preço base definido, sugerimos a adjudicação do presente serviço à mesma.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 103.º do Código de Procedimento Administrativo, sugere-se a dispensa de audiência prévia uma vez que a adjudicação é favorável ao interessado.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. Dispensa de audiência prévia;
2. A adjudicação do presente serviço à empresa **ReportMaxi - Consultores, Lda.**;
3. Autorização para a realização da despesa no valor de 4.950,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À Consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
23.11.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 20. IMPOSTOS LOCAIS

- . Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI -**
- Proposta de Fixação de Taxas**

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Foi presente a seguinte Proposta:



(Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro,
actualizado pelas Leis, n.º 53 - A/2006, de 29.12, e n.º 64-A/2008, de 31.12.)

- . PRÉDIOS URBANOS ~ 0,7%
 - . PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS NOS TERMOS DO CIMI ~ 0,4%
 - . PRÉDIOS URBANOS NA ZONA HISTÓRICA DA VILA DE SOURE
15% DE MINORAÇÃO/REDUÇÃO
(ARTIGO 112.º, N.º 6)
 - . PRÉDIOS URBANOS ARRENDADOS PARA FINS HABITACIONAIS
10% DE MINORAÇÃO/REDUÇÃO
(ARTIGO 112.º, N.º 7)
 - . PRÉDIOS URBANOS DEGRADADOS
15% DE MAJORAÇÃO
(ARTIGO 112.º, N.º 8)
 - . PRÉDIOS RÚSTICOS COM ÁREA FLORESTAL EM SITUAÇÃO DE ABANDONO
50% DE MAJORAÇÃO
(ARTIGO 112.º, N.º 9)
- De acordo com a Sugestão apresentada
pelo Grupo de Trabalho

O Presidente da Câmara
(João Gouveia, Dr.)
2011.11.24

**22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011**

e

**ASSUNTO: IMPOSTOS LOCAIS
- LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE IMI / 2012**

De acordo com o disposto no nº 1 do artº 112º do **CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis**, aprovado pelo D. Lei nº 287/2003, de 12/11, a fixação das taxas de cobrança do IMI deverá ser aprovada anualmente mediante deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal ¹, dentro dos seguintes intervalos:

- ▶ **Prédios rústicos** – 0,8%;
- ▶ **Prédios urbanos** – 0,4 % a 0,7%;
- ▶ **Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI** – 0,2% a 0,4%.

Nos termos dos nºs 6, 7, 8, 9 e 12 do referido artigo 112º poderá ainda a Assembleia Municipal, também sob proposta do Executivo Municipal, e a exemplo do ano transacto, minorar ou majorar as taxas referenciadas.

A deliberação da Assembleia Municipal deverá, nos termos do nº 13 do já mencionado artigo 112º, ser comunicada por transmissão electrónica à Direcção-Geral dos Impostos até ao dia **30 de Novembro**, caso contrário, aplicar-se-ão as taxas mínimas.

À consideração superior.
O Técnico Superior
Luís Duque
2011/10/18

¹ v. alínea f) do nº 2 do artº 53º da Lei 169/99, de 18/09, republicada pela Lei 5-A/2002, de 11/01

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, que deverá ser submetida à Assembleia Municipal.-----

**Ponto 21. IMPOSTOS LOCAIS
. Lançamento de Derrama**

Foi presente a seguinte Proposta:

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***



Considerando:

- O Enquadramento Legal Aplicável;
- A possibilidade de Diferenciação e de reforço da Atractividade e Estímulo ao Investimento daí resultante;
- O significativo Investimento Público projectado e em curso;
- O Valor “insuficiente” das Receitas Municipais Normais/Ordinárias e dos demais Fundos obtidos;
- A Ambiência Macroeconómica, difícil, designadamente para as pequenas Empresas;
- A Manutenção da “Aposta” em Formas de Apoio concretas e diversas à Actividade Económica...

... que se aprove a **Proposta**, a apresentar à Assembleia Municipal, de **Lançamento** da **DERRAMA** para o **Ano de 2012**, com as seguintes **Taxas**:

- * - **1,40%** sobre o **Lucro Tributável** sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) de **2011**, para **Reforço da Capacidade Financeira**;
- * - **0,00%** para os **Sujeitos Passivos** com um **Volume** de **Negócios** no ano anterior que não ultrapasse **150.000 €**.

O Presidente da Câmara
(João Gouveia, Dr.)
2011.11.24

- De acordo com a Sugestão apresentada pelo Grupo de Trabalho

e

ASSUNTO: IMPOSTOS LOCAIS

- LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE DERRAMA / 2012

22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 28 de Novembro de 2011

Os municípios podem efectuar o lançamento de derramas para reforço da capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de reequilíbrio financeiro, sendo a autorização do seu lançamento da competência da Assembleia Municipal, sob proposta do Executivo Municipal, conforme dispõe a alínea f) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99 ¹, de 18 de Setembro.

Nos termos dos nºs 1 e 4 do artº 14º da Lei nº 2/2007, de 15/01, *-Lei das Finanças Locais -* o Município pode lançar uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC), podendo a Assembleia Municipal, também sob proposta da Câmara Municipal, deliberar aplicar uma taxa reduzida para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000.

De acordo com o nº 8º do artigo mencionado no § anterior a deliberação sobre o lançamento da derrama deverá ser comunicada, por via electrónica, à Direcção-Geral dos Impostos **até ao dia 31 de Dezembro** do ano anterior, sob pena de não haver liquidação e cobrança de derrama, conforme dispõe o nº9 do mesmo artigo.

À consideração superior.
O Técnico Superior
Luís Duque
2011/10/18

¹ Republicada pela Lei 5-A/2002, de 11/01

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, concretamente:
- 1,40% sobre o Lucro Tributável Sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) de 2011, para Reforço da Capacidade Financeira;
- 0,00% para os Sujeitos Passivos com um Volume de Negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000 €.

Esta proposta irá ser submetida à Assembleia Municipal.-----

Ponto 22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES - I.R.S. . Participação do Município

Foi presente a seguinte Proposta:



***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Considerando:

- O Enquadramento Legal Aplicável;
- A Lógica Social subjacente à Progressividade Fiscal;
- As Características Macroeconómicas e Sociais do Período que atravessamos;
- O significativo Investimento Público projectado e em curso;
- Que a manutenção e consolidação da Autosuficiência Orçamental continua a ser um Imperativo;
- A “Insistência” na Promoção de Formas de Apoio concretas a Famílias Carenciadas, designadamente as previstas no domínio da Acção Social...



... que se aprove a seguinte **Proposta**, a apresentar à Assembleia Municipal:



- **Participação de 5% no I.R.S. relativo aos Rendimentos dos Municípios de 2012, a liquidar em 2013.**

O Presidente da Câmara
(João Gouveia, Dr.)
2011.11.24

- De acordo com a Sugestão apresentada
pelo Grupo de Trabalho

e

ASSUNTO: IMPOSTOS LOCAIS
- PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

Estabelece a alínea c) do nº 1 do artigo 19º e o nº 1 do artigo 20º da Lei nº 2/2007, de 15/01 - *Lei das Finanças Locais* –, que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior.

Prevê o nº4 do artigo 20º que se possa deliberar uma percentagem inferior à taxa máxima referida no § anterior, caso em que o produto da diferença de taxas e a colecta líquida é considerado como dedução à colecta do IRS, a favor do sujeito passivo.

Para que haja lugar a esta participação deverá o Município deliberar quanto à percentagem pretendida de IRS, a qual terá de ser comunicada por via electrónica à Direcção-Geral dos Impostos **até 31 de Dezembro** do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos (nº 2 do Artigo 20º). Esta deliberação é da competência da Assembleia Municipal¹ sob proposta do Órgão Executivo.

A falta daquela comunicação ou a sua recepção para além do prazo estabelecido equivale a falta de deliberação (nº 3 do Artigo 20º).

À consideração superior.

O Técnico Superior

Luís Duque

2011/10/18

¹ Cfr at.º 41.º e alínea h) do art.º 53.º da lei 169/99, de 18/09, de republicada pela Lei 5-A/2002, de 11/01

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, concretamente:
- Participação de 5% no I.R.S. referente aos Rendimentos dos Municípios de 2012, a liquidar em 2013.

Esta proposta irá ser submetida à Assembleia Municipal.-----

Ponto 23. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2011

. Apreciação de Propostas de Alteração - 12.ª/12.ª - .

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e duas (2) abstenções das Senhoras Vereadoras eleitas pelo P.S.D., aprovar as Propostas de Alteração - 12.ª/12.ª - .-----

Ponto 24. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

- . Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012**
- Resolução do Conselho Geral**

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 25. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

- . CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE GRANJA DO ULMEIRO**
- Prorrogação de Prazo**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Educação - Ensino Básico e Secundário

- Centro Escolar da Freguesia de Granja do Ulmeiro**
- Prorrogação de prazo**

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Relativamente ao tema em assunto, na sequência do pedido efectuado pela empresa adjudicatária, considerando:

1. O parecer elaborado pelo Dr. Edgar Domingues, jurista avençado, que se junta em anexo;
2. Que o pedido agora apresentado se poderá enquadrar no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
3. O facto de se tratar de uma prorrogação graciosa de prazo, conforme prevê o D.L. n.º 6/2004, de 06 de Janeiro, que estabelece o regime de Revisão de Preços, isto é, que não implicará acréscimo no custo da empreitada;
4. Que a competência para a aprovação do presente pedido de prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, no caso a Câmara Municipal.
5. Que a situação da obra é a seguinte:

Adjudicação	674.547,25 €
Valor dos trabalhos executados/facturados até à data	209.511,81 €
Prazo de execução inicial	Início – 07.06.2011 Fim – 06.02.2012
Prorrogação proposta	Final – 30.06.2012

Propõe-se a aprovação de uma prorrogação graciosa de prazo de execução da empreitada em assunto, conforme solicitado pela empresa adjudicatária, passando a sua conclusão a ser o dia 30.06.2012.

À consideração superior,

(Mário Monteiro, Eng.º.)

(Chefe Div. O.P.M.)

2011-11-18

e

Assunto: **EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS**
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRA

Solicita o Chefe de Divisão de Obras Públicas informação quanto a prorrogação do prazo de execução de obras.

As situações passíveis de prorrogação do prazo de execução de obras, encontram-se contempladas nos artigos 298.º n.º2, 361.º n.º3, 374.º e 377.º todos do Código dos Contratos Públicos.

Deste modo deverá verificar-se se as situações que sejam invocadas pelas adjudicatárias se enquadram nos pressupostos legais que podem determinar uma prorrogação do prazo de execução da obra.

***22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 28 de Novembro de 2011***

Quanto à competência para aprovar a referida prorrogação, convirá referir que o prazo de execução inicial foi aprovado no acto de adjudicação, pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Assim competência para decidir a prorrogação caberá também ao órgão competente para a decisão de contratar, à semelhança do que é previsto pelo CCP noutras situações (artigos 64.º n.º4, 133.º n.º7, 175.º n.º4, todos do CCP).

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
18.11.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Prorrogação Graciosa de Prazo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----